

**Edital 47/2018-PRODHS/UEMS  
Unidade de Campo Grande**

**PROGRAMA DA PROVA**

**ÁREA DO CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO ESPECIAL - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

**Itens:**

1. A história e as práticas pedagógicas da Educação Especial na Educação Superior.
2. A Síndrome de Down e a Deficiência Intelectual (Mental) na sala de recursos multifuncional: estratégias e desafios.
3. Aspectos legais e pedagógicos do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
4. A Educação Superior e a Educação Inclusiva para pessoas com deficiência.
5. Educação Especial: público-alvo e suas especificidades.

**Bibliografia:**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Especial**. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17009](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009)>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB n. 2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Sala de recursos multifuncionais**: Espaço para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRUNO, M. M. G. A política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: algumas reflexões sobre as práticas discursivas e não discursivas. ANAIS. **33ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, MG, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CEE/MS n. 9367**, de 27 de setembro de 2010. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, modalidade educação especial, no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

**ÁREA DO CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO ESPECIAL - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - DEFICIÊNCIA SENSORIAL**

**Itens:**

- 1 - Tecnologia assistiva para os deficientes visuais;
- 2 - Adaptação/adequação curricular na área da deficiência visual;
- 3 - Orientação e mobilidade de pessoa com cegueira;
- 4 - Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência visual – cegueira;
- 5 - Políticas Públicas e Práticas pedagógicas no atendimento a pessoa com deficiência visual – cegueira.

**Obs.:** Além da Prova Didática, o candidato será avaliado quanto ao "Domínio da leitura e da escrita Braille", por meio da transcrição de um texto em tinta para a escrita em Braille e de um texto em Braille para a escrita em tinta.

**Bibliografia:**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Especial**. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17009](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009)>. Acesso em: mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB n. 2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEESP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Sala de recursos multifuncionais**: Espaço para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRUNO, M. M. G. A política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: algumas reflexões sobre as práticas discursivas e não discursivas. ANAIS. **33ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, MG, 2010.

CONFORTO, Débora. et all. Tecnologia assistiva e formação de professores: construindo uma sociedade inclusiva. "Inclusão": Revista de Educação Especial, Brasília, v. 6, n. 1, p. 22-23, jan./jun. 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17009](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009)>. Acesso em: mar. 2018.

FELIPPE, João Álvaro de Moraes (Org.). et al. **Caminhando juntos**: manual de habilidades básicas de orientação e mobilidade. Brasília: MEC, SEESP, 2003. 56p.

GOES, M. C. R; LAPLANE, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. Deliberação CEE/MS n. 9367, de 27 de setembro de 2010. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, modalidade educação especial, no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.